

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS

VITÓRIA REGINA MENDONÇA DOS SANTOS

PERFORMATIVIDADES LINGUÍSTICAS E PURISMO LINGUÍSTICO
Contribuições da sociolinguística feminista, da linguística queer e da
glotopolítica para o debate acerca da linguagem inclusiva

São Carlos, SP

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS

VITÓRIA REGINA MENDONÇA DOS SANTOS

PERFORMATIVIDADES LINGUÍSTICAS E PURISMO LINGUÍSTICO
Contribuições da sociolinguística feminista, da linguística queer e da
glotopolítica para o debate acerca da linguagem inclusiva

Trabalho de Conclusão de Curso entregue à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharelado em Linguística.

Orientador: Antón Castro Míguez

São Carlos - SP

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS

VITÓRIA REGINA MENDONÇA DOS SANTOS

PERFORMATIVIDADES LINGUÍSTICAS E PURISMO LINGUÍSTICO
Contribuições da sociolinguística feminista, da linguística queer e da
glotopolítica para o debate acerca da linguagem inclusiva

Trabalho de Conclusão de Curso entregue à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharelado em Linguística.

Banca examinadora

Dedico esse trabalho, primeiramente, a Deus e aos Orixás por terem me dado força o suficiente; a minha mãe Telma e a meu irmão Marcos por sempre terem acreditado em mim; e a meus amigos e familiares que estiveram a meu lado.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e aos Orixás pela força e perseverança durante o curso e pela vitória de me formar como linguista; ao meu professor e orientador Antón Castro Míguez, pelo apoio e incentivo a minha pesquisa e pela oportunidade de poder desfrutar um pouco de seus conhecimentos; aos meus pais Ademir e Telma, por todo o carinho, dedicação e esforço na concretização de um sonho que hoje podemos desfrutar juntos; aos meus irmãos, Marcos e Patrick, e à minha cunhada Simone por sempre me motivarem; a toda minha família, em especial à minha madrinha Andressa, meus primos Vivian, Marina, Luana, Danilo e Ana Beatriz; às minhas melhores amigas: Ana Cláudia, Alana, Gabriele, Giovana e Giuliana; ao Homero por sempre ter me motivado e nunca me deixar desistir; às minhas amigas de faculdade: Ana Flávia, Alice, Érica, Ester, Kethillin, Lauren e Rafaela, que me deram forças para continuar no curso, obrigada minhas meninas por alegrarem minhas tardes; a todos os funcionários do Departamento de Letras (DL). Finalmente, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

*“ouça suas cicatrizes
só elas sabem o segredo
da sua cura.”*
- Ryane leão.

SANTOS, V. R. M. Performatividades linguísticas e purismo linguístico. Contribuições da sociolinguística feminista, da linguística queer e da glotopolítica para o debate acerca da linguagem inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2022.

RESUMO

No presente trabalho, a partir de uma revisão bibliográfica, são apresentadas as contribuições da sociolinguística feminista, da linguística queer e da glotopolítica para o debate acerca da linguagem não sexista, da linguagem inclusiva e da linguagem neutra, com o objetivo de trazer alguns entendimentos desses campos de pesquisa e contribuir para a proposição de perspectivas mais problematizadoras (e menos essencialistas) que compreendem essas intervenções (na/pela língua) como performatividades linguísticas e ativismo linguístico e também como interpelações a uma ideologia linguística ainda estruturada na defesa do purismo linguístico ou calcada em ideologemas (especialmente em defesa do masculino genérico) que buscam desqualificar ou deslegitimar essas intervenções.

Palavras-chave: linguagem não sexista; linguagem neutra; linguagem inclusiva; performatividade linguística; purismo linguístico

SANTOS, V. R. M. Performatividades lingüísticas y purismo lingüístico. Aportaciones de la sociolingüística feminista, la lingüística queer y la glotopolítica para el debate acerca del lenguaje inclusivo. Monografía para obtención de grado. Universidad Federal de São Carlos. San Carlos, 2022.

RESUMEN

En este trabajo, a partir de una revisión bibliográfica, se presentan las contribuciones de la sociolingüística feminista, la lingüística queer y la glotopolítica para el debate acerca del lenguaje no sexista, el lenguaje inclusivo (o incluyente) y el lenguaje neutro, con el objetivo de traer algunos entendimientos de esos campos de investigación y contribuir para la proposición de perspectivas más problematizadoras (y menos esencialistas) que comprenden esas intervenciones (en/por la lengua) como performatividades lingüísticas y activismo lingüístico y también como interpelaciones a una ideología lingüística aun estructurada en la defensa del purismo lingüístico o fundamentada en ideologemas (especialmente en defensa del masculino genérico) que buscan descalificar o deslegitimar esas intervenciones.

Palabras clave: lenguaje no sexista; lenguaje neutro; lenguaje inclusivo; performatividad lingüística; purismo lingüístico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. METODOLOGIA.....	12
3. PERFORMATIVIDADES LINGUÍSTICAS E PURISMO LINGUÍSTICO. CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA FEMINISTA, DA LINGUÍSTICA QUEER E DA GLOTOPOLÍTICA PARA O DEBATE ACERCA DA LINGUAGEM INCLUSIVA	13
3.1 DENÚNCIA DO MACHISMO NA LÍNGUA/LINGUAGEM E PROPOSIÇÃO DE UMA LINGUAGEM NÃO SEXISTA (ANOS 1970), A PARTIR DA SOCIOLINGUÍSTICA FEMINISTA.....	13
3.2 NOVAS IDENTIDADES NA CONTEMPORANEIDADE, OS EMBATES ENTRE PERFORMATIVIDADE LINGUÍSTICA E PURISMO LINGUÍSTICO, DESDE A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA QUEER	14
3.3 POSICIONAMENTO SOCIAL E CONSTRUÇÃO SE SUJEITOS POLÍTICOS. CONTRIBUIÇÕES DA GLOTOPOLÍTICA PARA O DEBATE ACERCA DA LINGUAGEM INCLUSIVA.....	22
3.4 LINGUAGEM NÃO SEXISTA, LINGUAGEM INCLUSIVA E LINGUAGEM NEUTRA COMO INTERVENÇÕES AO SISTEMA HETERONORMATIVO. O QUE E A QUEM INTERPELA CADA UMA?.....	25
4. A GUIA DE CONCLUSÃO. O EMBATE ENTRE PERFORMATIVIDADE LINGUÍSTICA E PURISMO LINGUÍSTICO (OU ENTRE LÍNGUA E IDEOLOGIA)	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	33

Sumário das Figuras

Figura 1 - Professor muda cabeçalho de prova para suprimir gênero	19
Figura 2 - Print do Twitter	25
Figura 3 - Print do Twitter	26
Figura 4 - O Manual para o uso não sexista da linguagem	27
Figura 5 - Linguagem neutra NÃO	28
Figura 6 - Print do Twitter	28
Figura 7 - Exemplos do uso de e/@/u/x na linguagem neutra.....	29
Figura 8 - Manual do calouro.....	29

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado uma preocupação cada vez mais crescente com a linguagem inclusiva, preocupação essa que vem alcançando protagonismo na agenda pública, devido, talvez, às demandas dos movimentos sociais por igualdade de gênero e pelo reconhecimento de uma pluralidade de identidades, inclusive não binárias. Se a arena inicial para essas discussões era a digital (principalmente as redes sociais), hoje a academia se vê interpelada a produzir entendimentos sobre essas questões, incorporando essas discussões a sua agenda; se inicialmente houve resistência por parte de várias instâncias (historicamente qualificadas a produzir conhecimento sobre as línguas) em reconhecer a legitimidade e o caráter político dessas demandas, atualmente elas são objeto de estudos e reflexões por parte de linguistas, linguistas aplicados e de demais estudiosas e estudiosos da linguagem, embora ainda haja radicalismo e confusões de todos os tipos. Além da insistência em justificar que o masculino pode ser considerado a marca zero e ser usado em generalizações (como se pode observar em referências a Mattoso Câmara (1959) que ainda ecoam na academia – aqui nos referimos ao contexto brasileiro), ainda há confusão e falta de distinção entre a linguagem não sexista, a linguagem inclusiva e a linguagem neutra, como se se tratasse do mesmo tipo de intervenção. Em outra direção, já é possível observar em algumas repartições públicas e universidades brasileiras a adoção de manuais de uso não sexista da linguagem. No cenário internacional, destacamos o caso da Universidad Provincial de Córdoba, que em 2021 passou a empregar o manual de linguagem inclusiva e não sexista, seguindo o exemplo de quase metade das universidades argentinas¹.

O objetivo desta pesquisa é trazer para debate as interpretações, entendimentos e interpelações da sociolinguística feminista, da linguística queer e da glotopolítica, contribuindo para esclarecer as demandas de cada tipo de intervenção linguística e como são percebidas no embate entre a performatividade linguística e o purismo linguístico desenvolvido especialmente no âmbito acadêmico. Justifica-se tanto pela necessidade de atender às demandas por uma

¹ Disponível em: <https://upc.edu.ar/la-upc-habilita-el-lenguaje-inclusivo-y-no-sexista/>. Consultado em: 10/12/2021.

linguagem mais inclusiva de um grupo cada vez mais heterogêneo e de identidades plurais (e muitas vezes inovadoras), como de contribuir para a produção de entendimentos sobre essas questões e demandas no âmbito acadêmico, posto que, apesar de recorrente nas redes sociais, ainda é incipiente na academia.

Para tanto, procedemos a uma revisão bibliográfica inicial, especialmente a produzida no âmbito da sociolinguística feminista, da linguística queer e da glotopolítica, âmbitos estes que têm produzido reflexões mais densas sobre essas questões, como se poderá observar na bibliografia mobilizada nesta pesquisa. Embora a ideia inicial fosse desenvolver uma pesquisa documental que nos permitisse interpretar dados acerca desse debate, a escassez de tempo e as dificuldades decorrentes da crise sanitária global iniciada em 2020 nos obrigaram a postergar essas análises para um projeto futuro e restringir-nos a uma revisão bibliográfica.

Ainda em termos metodológicos, optamos por seguir um percurso cronológico que tem início com a denúncia do sexismo na língua e interpretações acerca da fala feminina, desenvolvidas a partir dos anos 1970, seguindo para a discussão a respeito da linguagem inclusiva e posteriormente a linguagem neutra, (discussões que acontecem bilateralmente) na perspectiva da linguística queer e da glotopolítica.

Esperamos que, com esta pesquisa, possamos contribuir, de algum modo, para os debates (e embates) acerca dessas intervenções na língua, que devem ser entendidas como performatividades linguísticas que interpelam o sistema heteronormativo, desestabilizando não apenas o ideal de uniformidade linguística (e de purismo linguístico), mas também as verdades sobre a língua produzidas nas instâncias de saber-poder, especialmente nos âmbitos acadêmico e científico.

2. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica retoma toda bibliografia já publicada acerca de um tema, ou seja, ela resgata a temática em livros, artigos, materiais on-line, entre outros. Ela tem como finalidade fornecer à pessoa pesquisadora o arcabouço teórico necessário para o desenvolvimento de um trabalho científico. No caso deste trabalho, a pesquisa bibliográfica, embora circunscrita a uma seleção prévia, possibilitou o acesso às teorias que tomamos como base para desenvolver este trabalho.

Para a execução desta pesquisa, consideraram-se duas etapas: (i) revisão bibliográfica e (ii) discussão acerca das categorias de linguagem não sexista, linguagem neutra e linguagem inclusiva a partir das contribuições da sociolinguística feminista, da linguística queer e da glotopolítica.

Entendemos que este percurso teórico-metodológico poderia possibilitar-nos contribuir com reflexões e produção de entendimentos sobre o tema no âmbito acadêmico, pontuando as particularidades de cada tipo de intervenção (linguagem não sexista, linguagem neutra e linguagem inclusiva) e suas demandas.

Como citado anteriormente, o tempo para a realização do projeto foi escasso e viu-se afetado pela crise pandêmica iniciada em 2020. Por esse motivo, a bibliografia a ser revisada precisou ser reduzida. Apesar da relevância de outras autoras e autores, mobilizamos, para discussão, os trabalhos produzidos, entre outras e outros, por: Lafoff (1975), Cameron (1993), Branca Fabrício e Moita Lopes (2002), Pennycook (2006), Rodrigo Borba e Adriana Lopes (2018), Luiz Carlos Schwindt (2020), Elisa Álvarez (2018), José Del Valle (2018), Lídia Becker (2019), Blas Radi e Mariana Spada (2020).

Para facilitar o acompanhamento da cronologia, a bibliografia está dividida em três momentos: 1º - Denúncia do machismo ou sexismo na língua/linguagem e proposição de uma linguagem não sexista (anos 1970, na perspectiva da sociolinguística feminina); 2º - Novas identidades na atualidade (na perspectiva da linguística queer); e 3º - Contribuições da glotopolítica sobre linguagem não sexista, neutra e inclusiva.

3. PERFORMATIVIDADES LINGUÍSTICAS E PURISMO LINGUÍSTICO. CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA FEMINISTA, DA LINGUÍSTICA QUEER E DA GLOTOPOLÍTICA PARA O DEBATE ACERCA DA LINGUAGEM INCLUSIVA

Em detrimento das múltiplas perspectivas epistemológicas existentes a respeito da discussão entre linguagem não sexista, linguagem neutra e linguagem inclusiva, dispomos em ordem cronológica os fatos que permeiam esse debate.

3.1. Denúncia do machismo na língua/linguagem e proposição de uma linguagem não sexista (anos 1970), a partir da sociolinguística feminista

Em seu artigo, Maria Clara Keating (1994) traz a historiografia da linguagem não sexista. A linguagem e o gênero viraram pauta a partir dos anos 1970 com a tese de Lakoff (1975), que até hoje tem um peso nesses estudos, ao se debruçar sobre a desigualdade entre os sexos e a sua representação por meio das diferenças entre os usos linguísticos existentes entre homens e mulheres (o que significa dizer que a fala feminina tem características próprias que a diferem da fala masculina).

A tese de Lakoff (1975) gera, no decorrer dos anos, duas abordagens: a da diferença e a da hegemonia. A abordagem da diferença é usada por D. N. Maltz e R. A. Borker em seu artigo.

Segundo Maltz e Borker (1982), as diferenças e especificidades do falar feminino e do falar masculino se devem à existência de duas subculturas, que, quando postas em confronto – devido a alguma atividade comunicativa –, provocam falta de compreensão e comunicação entre os participantes. O autor e a autora atribuem essas diferenças conversacionais às diferentes formas de socialização entre homens e mulheres, o que provoca usos linguísticos diferentes. A abordagem da diferença vê no falar feminino um déficit responsável por causar as diferenças entre as falas.

Cameron (1993) é quem traz a abordagem da hegemonia, a partir da observação de que a linguagem empregada pelas mulheres está numa posição de subordinação devido ao patriarcado. A autora vê o patriarcado como o responsável por promover e provocar a diferença da linguagem entre homens e mulheres. Existindo uma divisão sexual do trabalho conversacional, o padrão linguístico masculino domina o padrão linguístico feminino.

Se os estudos dos anos 1970 rondavam a dicotomia masculino/feminino e o sexismo na linguagem, denunciado pelas sociolinguistas feministas da época, com o decorrer dos anos a teoria vai sofrendo uma reformulação e essa dicotomia inicial vai dando lugar ao dualismo sexo/gênero, que, por sua vez, parte de outro dualismo: natureza/cultura. O gênero é visto como “a expressão social (cultura) de aspectos biológicos determinados pelo sexo (natureza)” (CAMERON, 1993). As feministas dos anos 1990 tentam reformular o conceito de gênero para que ele possa abarcar todas as diferenças e desnaturalizar a distinção e dualidade sexual.²

Durante esses estudos, percebe-se que é com a linguagem que se constitui a diferença e a identidade (seja ela qual for) e que é preciso olhar não só para o diferente, afastando-se da linguagem, mas sim para o todo.

3.2. Novas identidades na contemporaneidade, os embates entre performatividade linguística e purismo linguístico, desde a perspectiva da linguística queer

No decorrer dos anos, novos estudos foram surgindo e complementando (ou contestando) a tese de Lakoff (1975). Moita Lopes e Branca Fabrício (2002) dissertam em seu artigo sobre novas identidades na contemporaneidade e o impacto que elas podem causar, visto que, quando uma nova identidade surge, as demais precisam se familiarizar com ela e com as diferenças trazidas. Moita Lopes e Fabrício discutem acerca do aspecto mutacional por trás do significado.

² Algumas autoras foram importantes para a luta feminista na década de 90, tais como Simone de Beauvoir, Judith Butler, Teresa de Lauretis, entre outras. De Lauretis (1987), traz em seu artigo “A tecnologia de gênero” a articulação da luta feminista contra os discursos de gênero dominantes.

[...] a estabilidade dos conceitos é fruto de sua historicidade, e não de suas propriedades intrínsecas. Essa perspectiva nos faz compreender o modo homogêneo como as pessoas foram construídas nas práticas discursivas da Modernidade, geradora de muitos padrões de normatividade que nos orientam até hoje. (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2002).

Segundo o autor e a autora, a modernidade se construiu de forma homogênea a partir de um sujeito unitário, unidimensional e descorporificado, como também observa Pennycook (2006) ao referir-se sobre a virada somática como “uma virada em direção ao corpo”, expondo que diversas razões provocam essa virada, tal como a necessidade de encontrar um ponto estável em um mundo de constantes mutações. Pennycook (2006) vê a crítica feminista dessas abordagens descorporificadas como a mais poderosa. Essa construção homogênea é vista assim quando o contexto não é considerado (quando este é considerado, reconhece-se o impacto sócio-histórico na sua formação). Ao observar a linguagem como constitutiva da vida social ao invés de apenas representativa da vida social, as identidades são postas no campo da multiplicidade, do dinamismo e da contradição, bem como afirma Moita Lopes e Fabrício (2002). Isto causa a mudança do foco na ciência da significância estática para a ciência da insignificância, ou seja, o olhar para as histórias pequenas e para o singular.

As minorias e os grupos sociais marginalizados também têm o seu papel para a compreensão das identidades sociais, mas para o autor e a autora o principal responsável pela mudança ocorrida na modernidade é o desenvolvimento da tecno-informação, a qual questiona boa parte das certezas ou dos modos de viver existentes na época e traz mudanças no modo de pensar. É por meio dessas mudanças que o discurso passa a ser visto como central, como afirma Santos (2000, p. 70, apud MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2002): “nada de importante se faz sem discurso”. O discurso integra-se à vida social; por isso, para estudar as identidades sociais é preciso analisar as relações entre discurso e prática.

Moita Lopes e Fabrício (2002) trazem a ideia de *abismo* ao falar de linguagem, isto é, ele e ela veem a linguagem como algo mutável, não como algo sólido e seguro, mas sim como algo labiríntico e movente. A linguagem passa a ser vista como parte da vida social, onde os indivíduos agem por meio de práticas

específicas. Dois nomes importantes de pesquisas neste campo são Foucault e Goffman, que apesar de abordarem o estudo em diferentes perspectivas, trazem pensamentos complementares.

Na leitura que fazem Moita Lopes e Fabrício (2002) do pensamento de Foucault, o pesquisador e a pesquisadora destacam o discurso como responsável por configurar situações contextuais de maneiras particulares, estabelecendo regras para o conhecimento, criando sentidos e regulando a conduta social e as relações interpessoais, postulando padrões de normatividade para a sociedade. Para Foucault, ainda seguindo a leitura de Moita Lopes e Fabrício, o poder é gerador de uma multiplicidade de correlações de forças que criam e constituem corpos, valores, atitudes, crenças e subjetividades. Por trás dessas correlações, existem as redes interdependentes de regras socialmente construídas, o que o pensador francês chama de ordens do discurso.

Assim, há uma estreita entre nossas práticas discursivas, os regimes de verdade nas quais elas estão inseridas e o processo de construção identitária. Tal tipo de formulação dá conta dos constrangimentos sociais e discursivos que limitam nossas possibilidades de ser em contextos específicos; do processo histórico e cultural de nomeação de identidades e diferenças e de categorização / categorização da experiência; e da produção de sentidos privilegiados e do efeito de estabilidade que eles adquirem no mundo social (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2002, p. 17)

Goffman (1975) vê a linguagem como fenômeno social, ainda que se atente ao processo interacional e dinâmico de construção de significados. Para ele, os momentos comunicacionais cotidianos são excepcionais para investigar a linguagem atuando, ou seja, o seu uso no mundo social. Em sua leitura da obra de Goffman, Moita Lopes e Fabrício destacam que

(...) quando estamos na presença imediata dos outros, engajamo-nos em um processo de construção discursiva da autoimagem e da autoapresentação no espaço público, lançando mão de múltiplos canais semióticos (sinais verbais, não verbais, paralinguísticos). Esse processo é monitorado e interpretado por todos os participantes envolvidos na interação (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2002, p. 17).

Tanto Foucault quanto Goffman são usados por diversas autoras e autores para trabalhar gênero e linguagem.

Pennycook (2006) traz em seu artigo a noção de *performatividade* (principalmente a partir de Butler) ao abordar as viradas linguísticas que aconteceram em decorrência da virada discursiva. Pennycook cita tanto a virada somática³ quanto a virada performática⁴, embora nosso foco aqui seja a performática, pois nela as identidades passam a ser vistas como performadas ao invés de pré-formadas. O autor cita Butler e sua definição de gênero como performativo, ou seja, ele constitui a identidade que reivindica ser. Butler (1990) compreende performatividade como o modo pelo qual desempenhamos atos de identidades como uma série contínua de performances sociais e culturais em vez de expressão de uma identidade anterior. Tanto a virada performática quanto a somática deixam o corpo em foco, isso porque a sociedade passa a dar atenção a temas como corpo, sexo, sexualidade, gênero e identidade. Por sua vez, a linguagem passa a ter um papel importante na constituição das identidades.

Sendo assim, é possível compreender por que os estudos a respeito de pautas sociais tiveram um aumento; assuntos que antes eram ignorados ganharam atenção e foco. Portanto, ao falar de linguagem não sexista, linguagem neutra e linguagem inclusiva é relevante atentar-nos quanto à performatividade. Vale reforçar a noção de performatividade de gênero de Butler (1990), que vê o gênero como um ato intencional, um gesto performativo que produz significados. Desse modo, é possível compreender as intervenções na língua (linguagem não sexista, inclusiva e neutra) como performatividades linguísticas ou ativismo linguístico.

Até aqui, entende-se que, com as mudanças da sociedade, a linguagem também mudou, o que nos leva a pontuar alguns interrogantes: Como as novas identidades (que se originam através das performatividades) atuam na atualidade? E, principalmente, como a academia se posiciona perante essas novas identidades? A resposta para esses questionamentos começa a se desenrolar no artigo de Borba e Lopes (2018), que trazem alguns exemplos do uso (ou pelo menos da tentativa dele) da linguagem inclusiva e neutra. Um dos casos citados

³ A virada em relação ao corpo (SHUSTERMAN, 2001, apud PENNYCOOK, 2006).

⁴ A virada em direção às identidades (LOPES, 2002, apud PENNYCOOK, 2006).

pelo autor e pela autora é o polêmico uso de “presidenta” por Dilma Rousseff, cuja escolha foi ferrenhamente julgada e questionada. Para Borba e Lopes, houve esse questionamento não somente por conta do purismo linguístico, mas também por uma questão política, afinal o discurso também é político. Para o pesquisador e a pesquisadora, o discurso não foi considerado nas análises que julgaram a escolha de Dilma por usar “presidenta”.

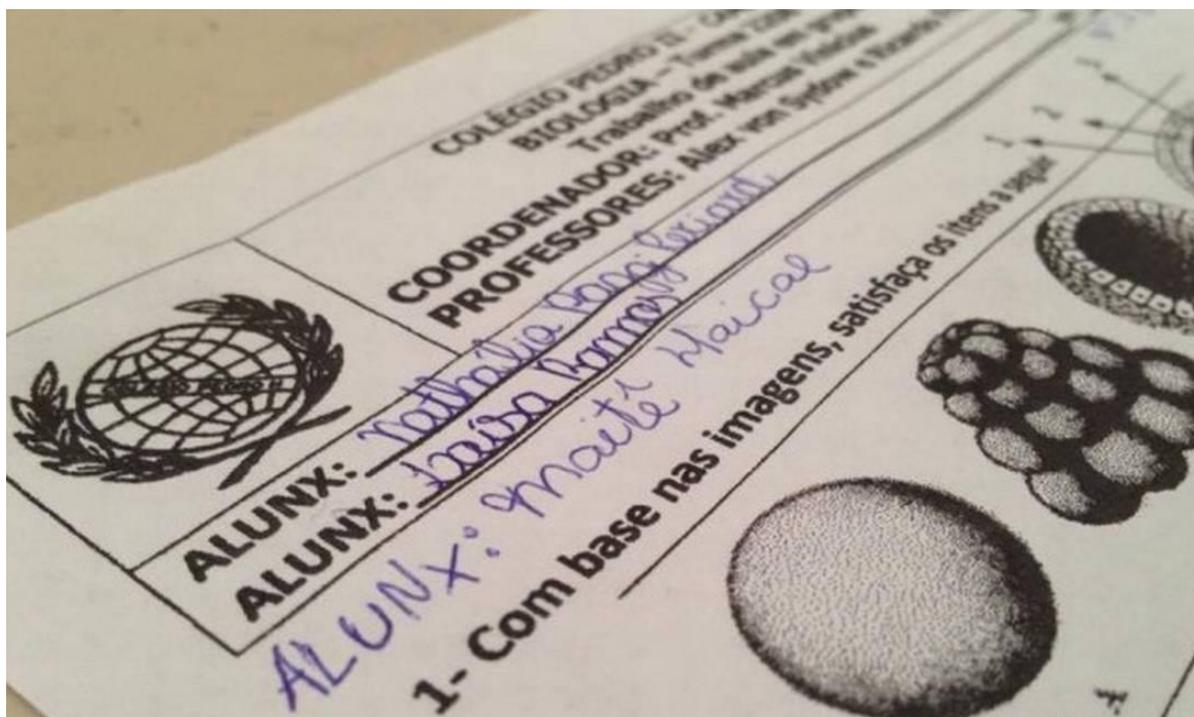
Ao falar em gênero é preciso falar em gramática (categoria gramatical); para Borba e Lopes, a categoria gênero gramatical é tão naturalizada que o menor deslize em seu uso causa escárnio pela sociedade. Alterar o sistema de gênero é tentar mexer em algo que antes se mostrava estável e arbitrário; isso acontece pela tentativa de acabar com a dicotomia de gênero e com o sexismo na língua. Porém, como citado durante todo este trabalho, essa não é uma missão fácil.

Outro ponto discutido por Borba e Lopes (2018) é o uso do **x**, que, segundo interpretam, tem pedigree semiótico, já que possui diversas camadas significantes que são transportadas para a língua. O “x” pode ser malvisto por alguns grupos pela ligação com filmes pornográficos denominados de “X-rated”. Por outro lado, o uso do “x” por feministas e grupos LGBTQIA+ mostra como a performatividade linguística pode ser transitória, isto é, não há pontos fixos de sustentação. Como citado superficialmente na seção anterior, as propostas de mudanças na língua causam insegurança na sociedade, o que resulta em práticas de vigilância da pureza linguística. Ao falar em pureza linguística o autor e a autora entram no contexto de fonofalocentrismo e a (des)invenção do português. Grupos que se sentem excluídos na sociedade veem no uso do “x” uma forma de lutar contra essa exclusão da língua. Como exemplo desse contexto, Borba e Lopes trazem o caso que ocorreu no Colégio Dom Pedro II (figura 1), em 2015, onde alunas e alunos adotaram o uso do “x” em cartazes e trabalhos, e o parte do corpo docente, de maneira voluntária, se solidarizou com a causa, o que não foi bem aceito por algumas mães e pais e pela mídia, resultando em revolta contra o colégio e muitos julgamentos sobre a postura do colégio em “poluir” a língua. Borba e Lopes enxergam que o uso do “x” não foi o problema e sim o local em que ele estava sendo usado. Eventos como esse do Colégio Dom Pedro II geram uma problematização do que se entende por língua, e, mais do que isso, gera revolta

naquelas e naqueles que se dizem higienistas⁵ da língua. Os discursos higienistas não estão sozinhos em um vácuo; eles vêm de uma ideologia linguística formada por um espelho refletindo uma realidade ontológica e exterior a ela:

Dito de outro modo, tal percepção fornece base para o entendimento de que haveria uma “coisa enquanto tal”, uma “realidade enquanto tal”, uma ontologia que existe, independentemente, daquilo que falamos sobre ela. Uma realidade pura (BORBA; LOPES, 2018, p. 253).

Figura 1 - Professor do Dom Pedro II muda cabeçalho de prova para suprimir gênero



Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/professores-do-pedro-ii-adotam-termo-alunxs-para-se-referir-estudantes-sem-definir-genero-17564795>. Acesso em: 23/03/2022

O autor e a autora citam um ponto negativo (e relevante) no uso do “x”: ele só afeta a língua escrita e essa questão (para o pesquisador e a pesquisadora) é seu principal problema. Na sequência do artigo, entram em outro assunto polêmico que permeia essa temática: o masculino genérico e o fato de ele ser visto como um simples fenômeno linguístico no português e não como consequência de convenções sociais e políticas da sociedade. No português, tudo aquilo que vai na direção contrária ao uso do masculino genérico causa estranhamento; o “x” e as outras intervenções de gênero gramatical são vistas como “imundice verbal” que tira a língua do seu local de pureza e a contamina com usos mundanos, políticos e

⁵ Aqueles que visam uma língua pura e a limpeza da língua.

éticos. Na maioria das vezes, a revolta com as mudanças na língua recebe críticas dirigidas mais aos grupos sociais em posição de ativismo linguístico do que puramente pela língua e pela gramática (ou seja, muito mais como um embate político e social do que linguístico). A posteriori, Borba e Lopes reforçam a ideia de língua como um sistema abstrato sincronicamente presente, no qual um elemento tem significado opondo-se a outro elemento ausente e representando-se pela fala. Esses significados não são puros e independentes; o significante não é algo materializado e o sentido se estabelece por meio de uma cadeia de elementos em que o conceito remete a outro em um jogo de diferenças, tendo articulações entre elas.

Além de Borba e Lopes (2018), outro autor a trabalhar essa temática na atualidade é Luiz Carlos Schwindt (2020), quem já concedeu algumas entrevistas dialogando sobre o tema, como Borba e Lopes ressaltam em seu texto:

Esse é o posicionamento dxs linguistas Gisella Collischnonn e Luiz Carlos Schwindt publicado no jornal Zero Hora em 12 de dezembro de 2015 no qual explicam no subtítulo de seu texto, “por que a distinção entre gênero social e gramatical é necessária ao idioma” Segundo xs professorxs, gênero gramatical em português não é necessariamente vinculado à categoria semântica sexo (2015, apud BORBA; LOPES, 2018).

No artigo “Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico”, Schwindt (2020) traz outra visão da academia acerca da temática. No artigo em questão, o autor propõe uma neutralização de gênero no português brasileiro na perspectiva de sistema linguístico. Em um primeiro momento, o autor define o que é (na sua visão) linguagem inclusiva, sendo a inclusão, nas frases, de todos e não somente do masculino genérico. Isso pode ocorrer com o uso do feminino marcado em substantivos de dois gêneros; com o emprego de feminino e masculino para marcar (ex. alunos e alunas), com a inclusão de novas marcas como **x** e **@**; com a ampliação da função de marcas já existentes, como o **e** em *amigue*. Para Schwindt, naturalidade é uma noção controversa para a linguística. O autor também aborda a produtividade de gênero do português brasileiro, reforçando que não há definição universal para gênero em estudos gramaticais. Mencionando Hockett e sua proposta de definição de gênero que se desfaz da hipótese de isomorfismo perfeito entre gênero e sexo, visto que o

primeiro poderia ser representado por algarismos, letras ou rebatizado como classe. Schwindt relembra que nem todos os idiomas codificam gênero; embora a maioria o faça, estes que codificam recorrentemente o relacionam com o sexo biológico (como é o caso das línguas indo-europeias).

No português, o gênero é marcado de maneira híbrida, ou seja, usando o traço +/- sexuado combinado com propriedades morfológicas e sintáticas. O “a” muitas vezes é usado para marcar o gênero nos nomes sexuados em oposição a ausência no masculino. Schwindt (2020) afirma que há uma hierarquia respeitada na marcação de gênero do português; essa hierarquia acontece pelos morfemas abstratos que são limitados por restrições fonológicas, como os nomes que em sua maioria são fechados por vogais átonas. É claro que o autor não deixa de falar do masculino genérico (recorrente em todos os textos sobre a temática); ele também cita o fato de que o sistema de marcação de gênero não é capaz de explicar a intuição da pessoa falante ao atribuir o gênero, isto é, o *input* que recebemos tendo um juízo do que é ou não recorrente na língua. Schwindt (2020) vê como possível uma neutralização do português; porém a semântica acaba relevando o gênero que outrora era omitido. Ele também traz a linguagem não sexista para a pauta, alegando que usar as duas formas (ex.: alunos e alunas) causa uma oposição equipolente, ou seja, uma dupla marcação (esta é mais recorrente em vocativos). Inegavelmente, o autor traz as formas mais julgadas de neutralização na atualidade, *amigux*, *amig@* e *amigüe*, por ele denominadas de terceira marcação, já que vai além do feminino e do masculino. Como Borba e Lopes (2018) também apontam, a dificuldade do *x* e da *@* é que estes só se aplicam à escrita, mas não é o único problema; apesar de o sistema alfabético ser independente da língua oral, ainda há uma base filo e ontogenética na oralidade. Outro aspecto negativo é o contraste entre a fala (dinâmica) e a escrita (estática), o que torna inviável usar letras que não correspondem a sons. Ademais, Schwindt (2020) aborda o uso do “ile⁶”, para ele, o mais complexo dos já citados, pois gera um sistema, o que exige uma aprendizagem formal em alguma medida.

⁶ Como explica Schwindt (2020) “Nessa proposta, o que se sugere é incrementar o sistema morfológico com novos morfemas ou com alomorfes de morfemas já existentes”. Um exemplo desse sistema é o uso na frase: *Aquile menine* faltou da aula de dança ontem.

3.3. Posicionamento social e construção de sujeitos políticos. Contribuições da glotopolítica para o debate acerca da linguagem inclusiva

A glotopolítica tem uma concepção de língua parecida com a das demais autoras e autores já citados; porém ela traz contribuições importantes para a discussão, visto que esse assunto tem mais espaço dentro da glotopolítica do que dentro das demais áreas.

Como disparador para os artigos referenciados neste subcapítulo, temos a entrevista de Elisa Álvarez, em 2018, para o jornal La Voz de Galicia, onde ela aborda a temática (mobilizando ideologemas que desqualificam intervenções linguísticas no âmbito da linguagem inclusiva). Em um primeiro momento, Álvarez afirma que “sexista” não é um conceito que deva ser aplicado à gramática, mas sim à linguagem e ao discurso. Ela segue explicando que o uso da gramática pode ser sexista, mas não a própria gramática; por exemplo, a diferença na formação de uma frase que se refere a um homem ou a uma mulher é causada pela escolha de palavras, isto é, pelo discurso, pela linguagem, mas não pela gramática propriamente. A pesquisadora também afirma que a linguagem inclusiva é antieconômica, isso porque torna a frase mais extensa, como em falar companheiros e companheiras, ao invés de falar somente companheiros.

Ainda em 2018, José Del Valle publicou o artigo “La política de la incomodidad” no *Anuário de Glotopolítica*. Del Valle (2018) começa afirmando que a linguagem é uma prática social e, por isso, está em constante transformação. E ao falar sobre a gramática, ele discorre que esta não é produto de uma razão individual, já que é o social quem constrói as regularidades da língua. Para o autor, falar, escrever é se posicionar em um universo social e inserir-se em um certo grupo social, dependendo das escolhas que forem feitas. A glotopolítica não vê o descumprimento das normas gramaticais como ignorância e sim como um posicionamento social, manifestação e possivelmente construção de sujeitos políticos.

Trazendo a incomodidade para a discussão, Del Valle (2018) afirma que a incomodidade com certas mudanças é causada pelo não pertencimento a um

grupo e pela não familiaridade com tal mudança. A linguagem inclusiva causa incomodidade por tirar as pessoas de sua zona de conforto.

Posteriormente, em 2019, Lidia Becker publicou seu artigo “Glotopolítica del sexismo: ideologemas de la argumentación de Ignacio Bosque y Concepción Company contra el lenguaje inclusivo de género”, no qual traz a história por trás da discussão atual sobre linguagem inclusiva, expondo o confronto existente entre o conservadorismo da academia e as representações populares da linguagem inclusiva difundidas na sociedade, principalmente entre escritoras e feministas. Para isso, ela explica o debate sobre linguagem que surgiu nos anos 1980 (o já tratado por nós anteriormente). Mais adiante, em 2001, a academia se mostrou a favor do que ela denominou “masculino genérico”, isso é, aquele que já vem sendo usado, por exemplo: professores**es**, com o “**es**”, fazendo referência tanto a professor quanto a professora.

Para Becker (2019), apesar dos esforços da academia, a situação de ser contrária à linguagem inclusiva já não é mais tão sustentável quanto era antes, isso porque as teorias sociais da linguagem estão ganhando mais espaço. A autora também explica que, ao separar a linguagem da comunidade e transformá-la em inimigos declarados, mitos linguísticos populares começam a surgir e cabe à ciência da linguagem desmentir tais mitos, expondo a visão e os argumentos (contrários ou favoráveis), para que fique a critério do indivíduo ser favorável ou contrário às mudanças da linguagem.

E, mais recentemente, Blas Radi e Mariana Spada (2020) publicaram o artigo “Lenguaje y justicia de género”, que por ser mais recente traz a visão mais atual da glotopolítica acerca das questões de gênero e linguagem. A priori, no artigo Radi e Spada (2020) diferenciam a linguagem não sexista de linguagem neutra, visto que a sociedade costuma tratar esses fenômenos como um mesmo tipo de intervenção, o que não é o caso. E para falar de linguagem sexista é preciso retornar às discussões dos anos 1980 e especialmente às discussões de Lakoff, que, como dito anteriormente, são o ponto de partida para essas questões. As feministas tentam documentar como se dá o sexismo dentro das práticas linguísticas; por exemplo, a atribuição de valor semântico negativo e normalmente de cunho sexual a terminações femininas, o que acaba invisibilizando as mulheres.

Para o autor e a autora, as práticas sociais podem contribuir para a permanência do sexismo na língua. Em nível global, as organizações se responsabilizaram em combater o sexismo linguístico, porém, somente em situações específicas e sempre mantendo boa relação com a gramática.

Radi e Spada (2020) explicam que o objetivo da linguagem não sexista é dar visibilidade para as mulheres, por isso a demarcação de gênero em profissões e o abandono do uso do masculino genérico, adotando termos neutros ou abstratos. É comum adeptos da linguagem não sexista evitarem palavras que só sejam possíveis no masculino e a separação das palavras por barras (ex.: os/as). No caso da linguagem neutra, é comum o uso de @, x, e ou * como marcadores de gênero neutro. Ele e ela ressaltam que essas diferenças entre a linguagem não sexista e a linguagem neutra não são apenas estéticas, mas simbolizam o modo de se entender o gênero e o sexo.

Para as pessoas que defendem a linguagem não sexista, a diferença sexual (que independe da linguagem) já está estabelecida no mundo e não é a linguagem que cria, ela somente nomeia aquilo que já existe. Radi e Spada afirmam que uma das principais diferenças entre linguagem neutra e linguagem não sexista é a necessidade de ter (ou não) preocupação com o binarismo e não somente com o sexismo, ou seja, se o foco do embate está em “os/as” ou se está em incluir a todos e por isso “os/as” ainda não é suficiente. Um exemplo disso é que em uma realidade de mulheres cis, estas não estão preocupadas em incluir outras realidades, como trans, queers e não-binárias.

As comunidades queer e trans trabalham o conceito de performatividade, trazido da teoria de Austin (a partir da leitura de Derrida e Butler), entendendo sexo e gênero como algo que se constitui mediante as práticas discursivas através das quais o discurso produz efeitos nominais.

Las perspectivas queer y trans* han dado centralidad al concepto de performatividad procedente de la teoría de los actos de habla de Austin (1982) y entienden que sexo y género se constituyen “mediante una serie de prácticas discursivas (repetidas y ritualizadas) a través de las cuales el discurso produce los efectos que nombra” (Pérez, 2016: 193). Es reconocible que la categoría de

performatividad añade una dimensión más rica al análisis de las identidades que se apartan del binario sexo-genérico.” (RADI; SPADA, p. 6).

Em resumo, a glotopolítica tem um papel fundamental nos estudos de linguagem neutra, não sexista e inclusiva, especialmente por interpelar a academia para que esta deixe a posição de neutralidade/contrariedade e passe a aceitar que este assunto já está inserido na comunidade e que por esse motivo ela não pode permanecer relutante para sempre.

3.4. Linguagem não sexista, linguagem inclusiva e linguagem neutra como intervenções ao sistema heteronormativo. O que e a quem interpela cada uma?

Consideramos relevante para a discussão diferenciar os três tipos de intervenções (performatividades ou ativismos) linguísticas citadas e trabalhadas nesta pesquisa. Portanto, iniciemos com a mais antiga das três, digo, a **linguagem não sexista**. Esta surge nos anos 1970 a partir de estudos de sociolinguistas feministas, nos quais as pesquisadoras identificam que há diferenças entre a linguagem masculina e a feminina, e que a marca de gênero na linguagem tende reforçar a posição hegemônica do masculino. A linguagem não sexista tem como proposta igualar, harmonizar as linguagens (feminina e masculina). Um exemplo do seu uso é a marcação do feminino e do masculino na frase como: presidente e presidenta; alunos e alunas; médicos e médicas. (figura 1).

Figura 2 - Print do Twitter



Fonte: <https://twitter.com/mayafloss/status/1376616628742393858>. Acesso em: 23/03/2022

A segunda intervenção linguística é a **inclusiva**; ela se assemelha à não sexista e seus objetivos são similares, ou seja, visa a não exclusão. A linguagem inclusiva surgiu ligeiramente depois da não sexista, isso porque algumas estudiosas e estudiosos passaram a observar que a anterior focava totalmente na dicotomia masculino/feminino, excluindo aquelas e aqueles que não se encaixam nela. Devido à semelhança é recorrente ver a convergência delas, isto é, aquilo que logo após os anos 1970 foi chamado de linguagem não sexista, atualmente passa a ser reconhecida como linguagem inclusiva, como pode ser observado na figura 2.

Uma das sugestões que tanto a linguagem inclusiva quanto a não sexista trazem é a reformulação da frase sem marcação de gênero masculino, como é possível observar na figura 3.

Figura 3 - Print do Twitter

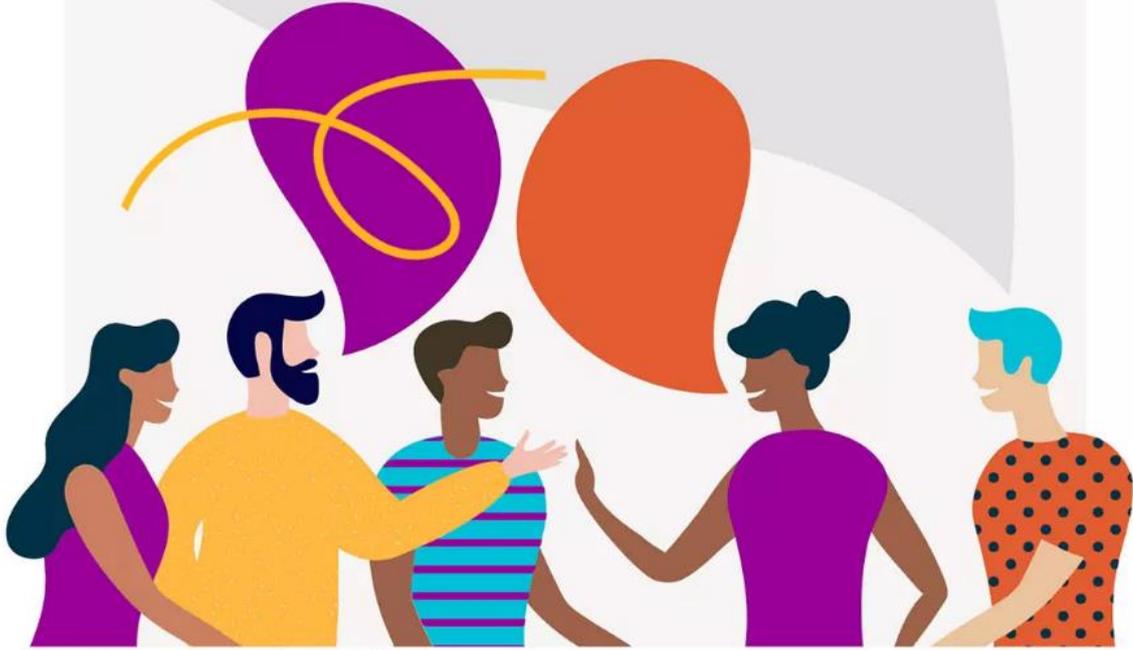


Fonte: <https://twitter.com/andresvirgulas/status/1474345857101279234>. Acesso em: 23/03/2022

Por fim, a **linguagem neutra** foi a última a surgir e tem gerado algumas polêmicas nas mídias sociais (como pode ser observado nas figuras 4 e 5). Ela também tem como objetivo a inclusão, mas, diferentemente das demais, ela visa incluir a todos e por isso sugere alterações na língua a fim de incluir não-binários. Um exemplo de alteração é o uso de **e/@/u/x** (figuras 6 e 7).

Figura 4- O Manual para o uso não sexista da linguagem

Não recomendado	Recomendável
O diretor/os diretores	A Direção
Convocam-se os coordenadores	Convoca-se a coordenação
Os legisladores estabeleceram	A atual legislação estabelece
O trabalho do homem melhora sua vida	O trabalho da humanidade melhora a vida
É benéfico para o homem	É benéfico para a sociedade/ É benéfico para as pessoas
Os leitores do jornal poderão participar do concurso	Se vocês leem o jornal poderão participar do concurso
Os cidadãos se manifestaram	A cidadania se manifestou



Fonte: Manual para o uso não sexista da linguagem

Fonte: <https://fundacaotelefonicaoativo.org.br/noticias/o-que-e-a-linguagem-neutra-e-como-ela-propoe-uma-comunicacao-mais-inclusiva/>. Acesso em: 24/03/2022

Figura 5 - Linguagem neutra NÃO



Linguagem neutra NÃO!

Caroline De Toni apresenta Projeto de Lei (PL 5382/20) que torna obrigatório o ensino **CORRETO** da Língua Portuguesa.

Ensinar "menine", em vez de "menino" ou "menina", para as crianças é **imoral**, fere a **ordem constitucional** e a **dignidade das crianças**.

 Tristes tempos em que precisamos de uma lei pedindo que professores de português ensinem... português!

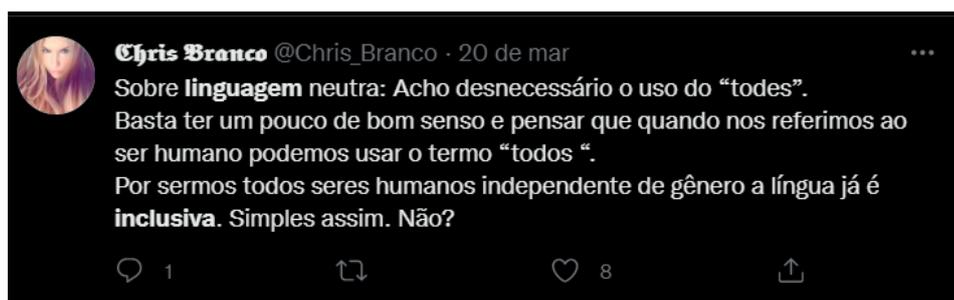
Caroline De Toni DEPUTADA FEDERAL





Fonte: <https://www.locusonline.com.br/2020/12/13/linguagem-neutra-nao-proposta-quer-proibir-o-ensino-de-linguagem-nao-binaria-nas-escolas/linguagem-neutra-2/>. Acesso em: 24/03/2022

Figura 6 - Print do Twitter



Chris Branco @Chris_Branco · 20 de mar

Sobre **linguagem** neutra: Acho desnecessário o uso do "todes". Basta ter um pouco de bom senso e pensar que quando nos referimos ao ser humano podemos usar o termo "todos". Por sermos todos seres humanos independente de gênero a língua já é **inclusiva**. Simples assim. Não?

1 8

Fonte: https://twitter.com/Chris_Branco/status/1505659247853510659. Acesso em: 23/03/2022

Figura 7 - Exemplos do uso de e/@/u/x na linguagem neutra



Fonte: <https://bitniks.com.br/nem-ele-nem-ela-por-que-a-linguagem-neutra-e-importante/>. Acesso em: 24/03/2022

Como já citado, a temática está ganhando notoriedade na sociedade, com isso grandes instituições estão adotando o uso da linguagem neutra em alguns contextos, como podemos observar na imagem abaixo (figura 8) do manual de calouros da USP. Isso mostra um avanço na inserção dessas linguagens.

Figura 8 - Manual do calouro



Fonte: <https://icmc.usp.br/noticias/2783-manual-do-calouro-ajuda-alunos-a-dar-seus-primeiros-passos-na-usp>. Acesso em: 24/03/2022

4. A GUIA DE CONCLUSÃO. O EMBATE ENTRE PERFORMATIVIDADE LINGUÍSTICA E PURISMO LINGUÍSTICO (OU ENTRE LÍNGUA E IDEOLOGIA)

A fim de concluir a discussão, trago o último ponto a ser citado. O embate entre performatividade linguística e purismo linguístico. A priori, trago as definições de cada um dos termos, começando pela definição de performatividade linguística. Para Butler (1990), nascer homem ou mulher não define aprioristicamente o comportamento do indivíduo; na verdade, as pessoas aprendem a se comportar de maneiras específicas para se encaixar na sociedade, atendendo suas “demandas”. Do mesmo modo, as pessoas aprendem a performar a língua de uma maneira para que possam se encaixar na sociedade, porém ao decorrer de sua existência novas performatividades surgem, pelos mais diversos motivos, como por exemplo o surgimento de novas linguagens como forma de expressar os novos sujeitos políticos da contemporaneidade. Quando tal comportamento é posto em xeque pelo surgimento de novas linguagens a performatividade conflita com o purismo linguístico, que nada mais é do que o conservadorismo da língua, em outras palavras, a contrariedade com toda e qualquer mudança na língua.

As linguagens aqui citadas – não sexista, inclusiva e neutra - podem ser entendidas como performatividades linguísticas, isso porque elas reivindicam o reconhecimento de novos sujeitos políticos. Conforme Borba e Lopes (2018) trazem em seu artigo, a língua é um terreno movediço, não tem pontos fixos de sustentação, é um fenômeno cheio de indeterminações. Quando surgem propostas de mudanças na língua, isso causa insegurança sobre o social, o que resulta em práticas de vigilância da pureza da língua, tal quais os casos aqui já expostos em que muitos se posicionam contrariamente às novas linguagens crendo que estas estão “arruinando” a língua. Sendo assim, é possível notar o embate entre aqueles que prezam pela higienização da língua e aquelas e aqueles que anseiam pelas transformações da língua.

Becker (2019) apresenta esse embate em seu artigo desde outra perspectiva, apontando o confronto entre o conservadorismo da academia e as representações populares de uma linguagem inclusiva defendida na sociedade, principalmente entre escritoras e feministas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode ser observado, muitas são as perspectivas acerca da temática. Uma discussão que teve início nos anos 1970, com grupos feministas da segunda geração e que tinha como foco mostrar a dualidade masculino/feminino e o machismo e o sexismo da língua, sendo que, no decorrer da história, foi se desdobrando em outras lutas, mostrando que não há só isso a se combater. Com esses novos desdobramentos surgem novas percepções quanto à língua, novos significados e novos desafios também. Ressalto que, caso tivéssemos tido mais tempo, teríamos elaborado uma pesquisa descritiva, trazendo análises da temática e a repercussão que ela tem gerado, principalmente nas redes sociais. Nosso objetivo, aqui, foi trazer para interpretação os embates entre performatividades linguísticas e purismo linguístico, dialogando com a sociolinguística feminista, a linguística queer e a glotopolítica. Esperamos que este trabalho possa servir como base de conhecimento para aquelas e aqueles que se interessam pela temática.

Em suma, a questão linguagem não sexista, linguagem inclusiva e linguagem neutra, ainda não está consolidada, há muito que se pesquisar e construir nessa área. A academia ainda não se aprofundou o suficiente nisso, o que em partes contribuiu para a disseminação de informações incorretas sobre o tema. A linguagem bem como cita Goffman (1975) é social, ela não é isenta dos acontecimentos do mundo e por isso ela se transforma. Aquelas e aqueles que prezam pelo purismo linguístico, na verdade, estão prezando pelas ideologias e convicções de uma parte da sociedade. Tem sido recorrente visualizar as linguagens como uma só ao invés de entendê-las de uma forma plural para que caminhem lado a lado, resultando em uma linguagem mais inclusiva. É rotineiro vermos inúmeros comentários preconceituosos sobre as linguagens, alguns deles por pura desinformação ou falta de empatia às causas sociais e às demandas de determinados grupos (historicamente oprimidos e minorizados). É sabido que o ativismo linguístico divide opiniões, conseqüentemente ele pode resultar em mudanças na língua ou não, mas esse processo é complexo e demora em ser concretizado. Por isso é recorrente que haja discussões nesse sentido. Finalizamos este trabalho reforçando que nossa intenção com ele foi traçar o percurso da discussão até chegar na atualidade, expondo também as discussões da

glotopolítica que têm uma significativa colaboração para a temática. A intenção ao traçar tal percurso foi reconhecer e legitimar as demandas que certos grupos trazem e que devem ser estudadas e trabalhadas. Toda forma de ativismo na língua deve ser válida, ainda que existam pessoas conservadoras que sejam contrárias.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Elisa. “**Concepción Company**: ‘El lenguaje inclusivo es una tontería’”. La Voz de Galicia, 05 de enero de 2018. Disponible en: https://www.lavozdegalicia.es/noticia/cultura/2018/01/05/lenguaje-inclusivo-tonteria/0003_201801G5P34991.htm.

BECKER, Lidia (2019). “**Glotopolítica del sexismo**: ideologemas de la argumentación de Ignacio Bosque y Concepción Company Company contra el lenguaje inclusivo de género”. En Theory Now 2.2, p. 4-25.

BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho (2018). **Escrituras de gênero e políticas de différance**: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.21, n. esp., (VIII SENALE) p. 241-285.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, D. **Review of You Just Don’t Understand, feminism and Psychology**, 2 (3), 465-489. 1992.

DEL VALLE, José (2018). “**La política de la incomodidad**. Notas sobre gramática y lenguaje inclusivo”. Anuário de Glotopolítica, nº 2, p. 13-19.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; FABRÍCIO, Branca Falabella (2002). **Discursos e vertigens em xeque em narrativas contemporâneas**. Veredas. Rev. Est. Ling., Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 11-29, jul/dez.

GOFFMAN, E. The presentation of self in everyday life. London: Penguin. [1959] 1975.

KEATING, M. C. **A construção da polêmica da hegemonia e da diferença nos estudos sobre linguagem e diferença sexual**. Revista crítica de ciências sociais, 40 ed. 1994.

LAKOFF, R. **Language and Woman’s Place, Language and Society**. 2, 45-80. 1975.

LAURETIS, T. De. **A tecnologia do gênero**. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MALTZ, D. N.; BORKER, R. A. **A cultural approachat to male-female miscommunication**, in J. Gumperez (ed), Discourse and Social Identity. Cambridge, CUP. 1982

MATTOSO CAMARA Jr., J. Princípios de Linguística Geral. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

PENNYCOOK, A. **Uma linguística aplicada transgressiva**. In: Por uma linguística aplicada INdisciplinar. FABRICIO, B. et al. São Paulo: Editora Parábola, 2006.

RADI, B.; SPADA, M. **Lenguaje inclusivo y justicia de género ¿una cuestión de vocales?** Umbral, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SCHWINDT, L. C. **Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico.** V. 19, n. 1, p. 1-23, 2020.